



GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE EM SEU PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Alessandra da Fonseca Cereja Ferreira¹
Brenda Cristina Herdeiro Cardoso²
Katharine Campelo Marinho³
Dayanne Daila Da Silva Cajueiro⁴

Resumo: A pesquisa com o tema Garantia de direitos de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma análise a partir da prática docente em seu processo de ensino aprendizagem tem por objetivo levar a conscientização sobre o real trabalho docente dentro da inclusão em ambiente escolar. O que fazer para que crianças com transtorno do espectro autista consigam ter seus direitos garantidos mediante as legislações que garantem tais direitos? Para isso, será feita uma análise textual discursiva entre artigos que tratam do papel do professor na educação inclusiva e as leis que garantem os direitos de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Baseando-se nas análises se fará um levantamento dos principais fragmentos que tratam da garantia dos direitos de pessoas autistas.

Palavras-Chaves: TEA; Garantia de Direito; Autismo; Professor.

INTRODUÇÃO

O debate a respeito do tema “uma análise a partir da prática docente em seu processo de ensino aprendizagem” tem por finalidade a busca em contribuir com o avanço desses profissionais com objetivo de que eles consigam lidar com crianças com transtorno espectro autista contribuindo assim com aprendizagens significativas fazendo o uso de materiais e atividades pedagógicas adaptadas permaneça em todo processo do ensino e aprendizagem, em virtude nos aumentos apresentado no contexto atual, a educação enfrenta desafios e as barreiras diárias enfrentados por professores no decorrer da pesquisa destaca a necessidade de oferecer formação contínua, segundo (BUENO, 2009, s.p) evidencia carência de orientação apropriada para os educadores ocasionando resultados negativos no papel construtivo da educação inclusiva, tendo em vista praticas direcionadas tornando-se capaz de inspirar os alunos a alcançar seu potencial e ajudar a desenvolver confiança em si mesmo a fim que se tornem cidadãos plenos.

O objetivo da pesquisa é analisar a prática de professores na educação básica, levando em consideração as leis, que amparam a garantia dos direitos das crianças especificamente, o indivíduo com TEA, sendo identificados os direitos das crianças com o transtorno, esclarecendo a importância do papel do professor, com base nos métodos da prática docente, a partir do

¹ alessandra.ferreira@outlook.com.br

² brendacristina.h18@gmail.com

³ marinhokatharine2@gmail.com

⁴ dayanne_dailla@hotmail.com



amparo legal, para que o aluno com deficiência, especificamente com espectro autismo, usufrua das atividades apresentadas a ele em ambiente educativo.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental para análise dos estudos as evidências identificadas a respeito da atuação de professores da educação básica na garantia de direitos de crianças com TEA, conforme a proposta inicial, optou-se neste projeto pela análise reflexivo descritivo de caráter qualitativo, no qual o foco está na técnica de pesquisa (LUDKE, ANDRÉ, 1986). Assim sendo, está metodologia é a mais adequada para se apurar as compreensões de licenciatura sobre o contexto da inclusão e do segmento atípico.

O estudo baseou-se na análise textual discursiva (ATD) visando novas interpretações na perspectiva da educação do século XXI, em outras palavras, para “o novo emergente” (MORAES E GALIAZZI, 2008) - para apresentação de leis que garantem os direitos das crianças autistas por meio de propostas inovadoras que visam utilizar o conteúdo analisado e propor diferentes suportes aos cuidadores e professores.

Assim, os artigos e leis serão analisados de forma minuciosa levando em consideração a relação na garantia de direito de crianças com Transtorno do Espectro Autista dentro da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas leis Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) assegura os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação em escolas regulares, A Lei Romeo Mion representa uma atualização dos decretos da Lei Berenice Piana visando melhorias, dessa forma entendeu-se para a importância da formação continuada para qualificar os serviços educacionais para essa população é possível constatar ausência de uma avaliação minuciosa de um planejamento individualizado para que a criança tenha bons rendimentos em todos os níveis de ensino, considerando possível fornecer subsídios essenciais para ensinar e avaliar a aprendizagem algo que não se distancia da abordagem de planejamento que já deve ser tomada ou praticada com os outros alunos, sendo fundamental que o professor promova um ambiente inclusivo com o apoio das legislações, recursos para facilitar o trabalho e, de fato, promover a inclusão e o desenvolvimento desses aluno, é primordial que as escolas estejam conscientes das legislações que amparam crianças com deficiência e as apliquem de



forma concreta, assegurando independentemente de suas necessidades, tenham acesso a um processo educacional de educação inclusiva e de qualidade.

Um outro ponto a ser tratado consiste na falta de acesso a serviços especializados, escassez de profissionais capacitados, a longa espera por atendimento especializado e precariedade de recursos adequados dificulta ainda mais o acesso ao suporte necessário. (Santos e Vieira, 2017) defendem que é essencial a implementação de políticas que assegurem a igualdade de oportunidades e o acesso aos direitos fundamentais, como educação de qualidade, emprego e participação na vida comunitária. Desta forma são múltiplas e complexas as dificuldades abrangendo desde diagnóstico acesso a serviços especializados até a inclusão social e no mercado de trabalho.

O estudo de Rocha (2022) discute a realidade dos educadores ao ensinar alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a necessidade de formação contínua e preparação dos profissionais da educação. Os desafios enfrentados pelos professores incluem aspectos comportamentais, de comunicação, socialização, rotinas e dificuldades pedagógicas específicas dos alunos com TEA.

Diversos estudos enfatizam a importância de uma formação especializada para atender às necessidades educacionais desses alunos. A pesquisa realizada neste estudo foi embasada em uma revisão bibliográfica, abrangendo materiais impressos e pesquisas disponíveis na internet.

Para Rocha (2022) assevera que a falta de formação adequada dos professores para lidar com alunos autistas evidencia a importância do uso das ferramentas pedagógicas corretas para engajar esses alunos no processo de aprendizagem. Destaca-se também a necessidade de preparação profissional não apenas dos educadores, mas de toda a equipe escolar, visando proporcionar conteúdos significativos e promover a inclusão de todos os estudantes, tanto dentro do ambiente escolar quanto para além dos muros da escola.

Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de superar o isolamento vivenciado pelos alunos autistas, enfatizando o papel do trabalho pedagógico na criação de laços e interações entre alunos com ou sem deficiência. Em resumo, o estudo de Rocha (2022) reforça a importância de uma abordagem educacional inclusiva e da formação contínua dos educadores para atender às necessidades específicas dos indivíduos com TEA, visando promover sua interação e efetivo aprendizado no ambiente escolar.

Sabe-se que no Brasil, estão disponíveis diversas terapias e intervenções para o autismo, incluindo terapia comportamental, ocupacional, fonoaudiologia, acompanhamento



pedagógico, fisioterapia e atividade física. Além disso, a intervenção precoce é fundamental e tem como objetivo proporcionar suporte abrangente às crianças com autismo. Ainda de acordo com Santos e Vieira (2017) o governo brasileiro implementou os Núcleos de Atendimento e Acompanhamento aos Autistas, que oferecem suporte especializado às pessoas com autismo e seus familiares.

Outra iniciativa importante é o Programa Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Intervenção Precoce, que visa intervir nos estágios iniciais da vida da criança com autismo, proporcionando suporte e acompanhamento adequados.

Ainda em nosso país, são realizadas campanhas de conscientização sobre o autismo, como o "Abril Azul", com o objetivo de aumentar a compreensão do meio social aceitando e respeitando um indivíduo com TEA em suas particularidades. Apesar dos avanços alcançados, ainda existem desafios a serem enfrentados.

A falta de acesso a serviços especializados é um deles, assim como o estigma e a discriminação enfrentadas pelas pessoas autistas. Além disso, é importante destacar que existem necessidades específicas dos adultos com autismo, que muitas vezes não recebem a devida atenção.

Nesse contexto, as organizações não governamentais e os grupos de apoio desempenham um papel fundamental ao fornecer recursos, apoio emocional e defender os direitos das pessoas com autismo. O desenvolvimento contínuo de pesquisas e estudos científicos sobre o autismo no Brasil também é essencial para aprimorar o conhecimento e as práticas de intervenção. O professor precisa buscar essas pesquisas para aprimorar sua atividade no momento da prática pedagógica.

Em suma, o Brasil tem adotado medidas significativas para garantir os direitos e a inclusão das pessoas com autismo. No entanto, ainda há desafios a serem superados para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, e atenda às necessidades específicas dessas pessoas em todas as fases da vida. O progresso contínuo alcançado através de investimentos em serviços especializados, programas de intervenção precoce e sensibilização da sociedade em relação ao autismo é fundamental.

CONCLUSÕES

Em virtude dos argumentos aqui apresentados, concluímos que é crucial enfatizar que a promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista não apenas beneficia esses alunos individualmente, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo.



A diversidade é uma fonte de enriquecimento para o aprendizado, permitindo que os alunos compreendam e respeitem as diferenças desde cedo. Além disso, ao incluir e apoiar adequadamente os estudantes com TEA, as escolas estão contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos, que levarão esses valores para a sociedade em geral.

Portanto, as leis que respaldam a inclusão devem ser vistas como um instrumento para criar um ambiente educacional que valoriza a diversidade e capacita todos os alunos a atingir seu pleno potencial. Ao implementar efetivamente essas leis e garantir o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade para todos, estamos não apenas cumprindo nossas obrigações legais, mas também construindo um futuro mais justo e inclusivo para todos os cidadãos.

REFÊNCIAS

BUENO, JG **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 5, pág. 7-25, 1999a.

BRASIL. Constituição (2012). Lei Berenice Piana nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

BRASIL. Constituição (2020). Lei Romeo Mion nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 5 abril 2023.

DOS SANTOS, Regina Kelly et al. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. *Revista Includere*, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/includere/article/view/7413>. Acesso em 24/05/2023.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: processo reconstrutivo de múltiplas faces.** *Ciência e Educação*, v.12, n.1, p.117-128, 2006.

ROCHA, Rogério Moreira da Silva et al. **O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2874>. Acesso em 20/05/2023.

SANTOS, R. K., & VIEIRA, A. M. E. C. S. (2017). **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional.** Universidade Federal Rural do AUTISMO E A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO